

EDUCAÇÃO E ESCOLA NO MST

EDUCATION AND SCHOOL IN THE MOVEMENT OF LANDLESS RURAL WORKERS (MST) IN BRAZIL

LA EDUCACIÓN Y LA ESCUELA EN EL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRAS (MST) EN BRASIL

Vanderlei Amboni
(UNESPAR, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.704>

RESUMO: o artigo trata da educação e da escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST trouxe um elemento novo na luta por reforma agrária, que é a família. Nesta luta, eles se organizam e agem para conquistar uma parcela dos meios de produção e, com ela, a escola. O objeto de análise é a educação e a escola que o MST criou na luta por reforma agrária. A pesquisa se deu nos documentos do MST e na literatura produzida sobre o Movimento. O objetivo é mostrar que os sujeitos da luta por reforma agrária também são sujeitos da educação cuja capacidade de organização, mobilização e ação criaram uma base de educação em seu território (acampamento e assentamento). A análise aponta que a educação do campo está presente nos territórios do MST e tem este movimento como sujeito político e pedagógico. Esta condição se constrói a partir de ações nas lutas pela terra e pela educação que implicam formas específicas de organizar a educação pública do campo orientada por um projeto educativo construído coletivamente pelos educadores do MST.

Palavras-chave: Movimentos Sociais e Educação, Educação Escolar Básica, Instituições de Ensino, Educação do Campo.

ABSTRACT: The article deals with education and school in the Landless Rural Workers Movement (MST). The MST brought a new element in the struggle for land reform, which is the family. In this struggle, they organize and act to conquer a portion of the means of production and, with it, the school. The object of the analysis is education and the school that the MST created in the struggle for land reform. The research will take place in the MST documents and in the literature produced on the Movement. The goal is to show that the subjects of the struggle for agrarian reform are also subjects of education, whose capacity for organization, mobilization and action created an education base in their territory (camp and settlement). The analysis points out that rural education is present in the territories of the MST and has this movement as a political and pedagogical subject. This condition is built from actions in the struggles for land and education that imply specific ways of organizing public education in the countryside guided by an educational project built collectively by MST educators.

Keywords: Social Movements and Education, Basic School Education, Teaching Institutions, Rural Education.

RESUMEN: El artículo aborda la educación y la escuela en el Movimiento de Trabajadores Rurales sin Tierra (MST). El MST trajo un nuevo elemento en la lucha por la reforma agraria, que es la familia. En esta lucha, se organizan y actúan para conquistar una parte de los medios de producción y, con ello, la escuela. El objeto del análisis es la educación y la escuela que el MST creó en la lucha por la reforma agraria. La investigación tendrá lugar en los documentos MST y en la literatura producida sobre el Movimiento. El objetivo es mostrar que los sujetos de la lucha por la reforma agraria también son sujetos de educación, cuya capacidad de organización, movilización y acción creó una base educativa en su territorio (campamento y asentamiento). El análisis señala que la educación rural está presente en los territorios del MST y la tiene como sujeto político y pedagógico. Esta condición se construye a partir de acciones en las luchas por la tierra y la educación que implican formas específicas de organizar la educación pública en el campo guiadas por un proyecto educativo construído colectivamente por educadores del MST.

Palabras clave: Movimientos Sociales y Educación, Educación Escolar Básica, Instituciones Escolares, Educación Rural.

Introdução

Há quem diga que eu dormi de touca; Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga; Que eu caí do galho e que não vi saída; Que eu morri de medo quando o pau quebrou... (SAMPALHO, 1973).

Na luta pela vida homens e mulheres são forçados a se organizarem, se mobilizarem e agirem para não sucumbirem diante das adversidades da vida, pois o ato de comer, beber, vestir-se, abrigar e amar como humano é um processo histórico, que nasceu com o trabalho e educação no ato primário da vida material do homem, quando este se afastou da barreira natural de sua existência animal. Na luta pela vida homens e mulheres romperam com o medo, se organizaram, se mobilizaram, agiram e criaram o MST como célula central das lutas por reforma agrária, que trouxe a família como elo de construção e unidade da luta social por terra. Neste processo de mobilização, organização e ação da luta pela terra, no primeiro acampamento constatou-se a necessidade de “ocupar” as crianças com atividades pedagógicas, o que posteriormente nasce o setor de educação, com a preocupação de formar quadros, escolarização dos jovens e a alfabetização dos adultos como necessidades constatadas para formar um novo homem e a forjar uma identidade de classe no interior do Movimento.

Nesta perspectiva de estudo, nosso objeto é a educação e a escola que o Movimento produziu em sua dura luta por reforma agrária nos acampamentos e nos assentamentos, cujo processo é a unidade trabalho e educação na formação do homem centrada na identidade MST. Para tal propósito, nosso objetivo central é mostrar que os sujeitos em luta pela terra são capazes refletir para além da produção da vida material, que é criar uma educação e uma escola que refletem seu modo de ser, pensar e agir na vida social, ou seja, uma educação e uma escola que lhes dá uma identidade peculiar dentro da identidade de classe.

Para realizarmos o estudo, partimos do método do materialismo histórico e dialético, cujo método apresenta duas vertentes, a da investigação e da exposição. Na investigação, a busca da fonte do objeto e sua leitura na perspectiva de construção de uma síntese e sua exposição, por meio da análise dos dados levantados na investigação, cujo resultado o leitor poderá constar no presente trabalho. Com efeito, Eagleton (2011, p. 6), nos diz que “toda batalha política importante é, entre outras coisas, uma batalha de ideias”. E estas são as premissas presentes neste artigo.

A escola de classe, a ocupação da terra e a escola no Movimento

Consideramos que o acampamento é o espaço onde o MST mostra toda a sua rebeldia, configurada na criação de relações sociais que afirmam o Movimento. Os trabalhadores sem-terra, impossibilitados de voltarem ao que eram e, ainda, sem serem o que poderão ser, encontram na solidariedade o amálgama que os faz Movimento. São as relações solidárias que fundamentam a vida desses homens e geram sua consciência. (AUED; GRADE, 2000, p. 21)

O MST aprendeu com as lutas sociais que a escola é um instrumento de classe da burguesia, pois age no sentido de reforçar a reprodução do capital, por meio da pretensa neutralidade escolar. Assim, age na defesa dos interesses particulares de sua classe social, pois a cultura histórica está reservada aos membros de sua classe, que domina materialmente e espiritualmente a sociedade, conforme nos ensinou Marx. Não obstante, Ponce pontuou que “ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes.” (PONCE, 2000, p. 69). Em nossa sociedade, a burguesia traz o domínio de classe difundindo nas demais classes que a escola é neutra, por ter sido proclamada universal e de direito de todos.

Neste universo ideológico, proclamado pela neutralidade escolar, Ponce (2000, p. 178) se contrapõe à tese burguesa, pois sustenta que:

A única finalidade da chamada ‘neutralidade escolar’ é subtrair a criança da verdadeira realidade social: a realidade das lutas de classe e da exploração capitalista; capciosa ‘neutralidade escolar’ que, durante muito tempo, serviu à burguesia para dissimular melhor os seus fundamentos e defender, assim, os seus direitos.

De acordo com o Movimento, a escola de classe burguesa não interessa ao MST. A escola que interessa ao MST é a escola do trabalho, mas no modo de produção capitalista a escola do trabalho só pode existir no plano das ideias. Diante disso, o MST procura se afirmar com uma escola diferente no seu território, enquanto a ordem social do trabalho socialista não for constituída. No capitalismo, para o MST, é possível criar uma escola diferente, uma escola de classe, que se fundamenta no trabalho e que sirva aos interesses do trabalhador do campo nas suas múltiplas dimensões e, no seu cotidiano, sejam construídos os valores coletivos da organização do trabalho e do homem omnilateral. Dessa forma, no horizonte político do MST, todas as frentes de batalha são necessárias à luta pela terra; dentre elas, tem destaque, a educação, que é uma das cercas que necessitam ser rompidas na luta contra o capital. Nesta luta, a ocupação e montagem do acampamento foi o elo encontrado para pressionar as autoridades políticas à realização da reforma agrária. Constituindo um polo vivo, no acampamento se

encontram as famílias dos sem-terra e, com ele, as necessidades de organização social e de produção, aliadas às necessidades educacionais do grupo social. Desse modo, a emergência da escola estava dada pelas circunstâncias da vida no acampamento.

De acordo com Stédile, o programa agrário do MST procurou superar a dicotomia ideológica que separa a luta social por terra e do conhecimento, tornando-as partes constitutivas de uma síntese, que é a transformação da sociedade brasileira. Com efeito, Stédile nos diz:

[...] pela primeira vez aparece o acesso à educação e a organização das escolas como uma meta necessária, como parte de um programa agrário, de uma reforma agrária. Antigamente, ou pela visão clássica da reforma agrária, era só dividir a terra. Para nós, tão importante quanto distribuir a terra é distribuir conhecimento. Somos parte de um processo mais amplo de desenvolvimento do meio rural, para que conseqüentemente as pessoas se desenvolvam, sejam mais felizes e mais cultas, mesmo morando na roça (STÉDILE; FERNANDES, 2001, p. 76).

Em relação ao campo, existe um fetiche criado pelo mundo urbano, onde aquele é apresentado como lugar do atraso; do caipira, que vive à margem do moderno. Portanto, o espaço para as lutas de classes é o urbano, local da classe operária como fenômeno revolucionário. Nega o campo como espaço das lutas de classes também.

A modernização conservadora do campo, como mecanismo de “transformar o latifúndio, símbolo da agricultura ‘primitiva’, colonial, numa grande empresa capitalista” (VENDRAMINI, 2007, p. 126), trouxe, como consequência, a luta pela vida no campo, não só como espaço de territorialidade, mas também de luta por educação do campo. A luta não é só por reforma agrária, mas também contra desertificação provocada pelo agronegócio com a produção do álcool e da celulose, o chamado “deserto verde”, que destrói as nascentes dos rios e provoca a degradação ambiental. Diante disso, para o Movimento, o campo expressa as lutas pela terra e pela manutenção das condições de vida dos camponeses na sua reprodução da vida material, garantindo a permanência dos sujeitos do campo no campo, como território de vida e trabalho. Mas não se pode romantizar o campo, pois os conflitos internos entre as gerações são latentes entre os que moram e vivem do/no campo, pois muitos jovens se manifestam contrários à vida no campo e procuram alternativas para a produção da vida material fora do campo. Viver no campo e do campo é viver as contradições do capital e trabalho no campo. Campo e cidade, portanto, se entrelaçam para a reprodução das relações capitalistas de produção. Não obstante, Vendramini (2007, p. 124-125) escreveu que:

No Brasil, o trabalho no campo desenvolve-se num amplo e diversificado espaço e abrange um conjunto de atividades, entre elas, a agricultura, a pecuária, a pesca e o extrativismo. Além disso, diz respeito a diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a obtenção da celulose. Explicita a

grande desigualdade social no país. Constitui espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo de trabalho sazonal; espaço de terra para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética [...] e espaço para o descanso, a vida tranquila, o lazer e o contato com a natureza.

A partir da fundação do MST, o Movimento procura imprimir em suas áreas conquistadas/ocupadas, a escola de seus sonhos. Ou seja, uma escola com fundamentos socialistas. Nossa luta é nossa escola. Com este chamado, Caldart e Schwaab procuram recuperar a memória da escola no MST, e passam a escrever sobre a história da educação dentro do MST. É a história da escola na luta pela terra que foi desenvolvida pelo MST. Dessa forma, Caldart e Schwaab (2005, p. 11) registram:

A história da organização e luta de pais e professores dos acampamentos e assentamentos para assegurar o direito de crianças à escolaridade, o que pela situação irregular das várias etapas da luta pela terra ficou complicada; e mais, direito a uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas.

O que moveu o MST a lutar pela escola? Para seus articuladores, em primeiro lugar as necessidades da vida materializada pela exploração imposta aos trabalhadores do campo pela cerca da ignorância e do latifúndio, que impede a democratização do acesso à terra e ao conhecimento. Em segundo lugar, a luta interna provocada pela concentração de crianças e adolescentes nas áreas de acampamento, gerando preocupações dos pais com o futuro dos filhos em relação à formação escolar. Dessa forma, para o MST, Ocupar, Resistir, Produzir também na educação era imprescindível às ações do Movimento, enquanto processo de formação do novo homem, princípios dados pelo trabalho e educação no sentido lato da palavra. Para esse fim, o MST, em 1992, formalizou essas intenções com a publicação do boletim de educação, que afirmava o princípio de ocupação das escolas.

Dessa forma, diante da exclusão e marginalização social, o passo dado pelo MST foi ocupar a terra, cujo início se dá com o "cortar o arame" da cerca do latifúndio, pois esta separa a terra do sujeito sem-terra. "Isto é a pedra de toque do Movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial de sua identidade." (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 99). Este ato fortalece o indivíduo no sentido de torná-lo destemido e da restauração da autoestima, libertando-o do complexo de inferioridade frente as autoridades constituídas.

No processo de "ocupação da terra", a complexidade do momento é pura tensão e de lutas de classe, pois há o medo real e o momento de libertação no ato

simbólico de cortar a cerca com o alicate, cujo ápice os traz para a cena política na luta pela terra e se tornam sujeitos de sua história. Com efeito, Branford e Rocha (2004, p. 99-100) dizem-nos que

‘Quando o alicate morde o fio e o arame estala como uma corda de violino e a cerca vem abaixo, os sem-terra perdem a inocência’, diz Pedro Tierra, o poeta do MST. Até esse momento, explica Roseli Salete Caldart em seu livro sobre a pedagogia do MST, ‘seu princípio de formação era obedecer sempre, ao patrão, ao padre, ao prefeito, ao coronel... Aprenderam isto na família, nos poucos anos (ou dias) em que estiveram na escola’. Ao tomar a vida nas próprias mãos, diz ela, adquirem consciência política. Percebem que jamais conseguirão o que querem se restringirem as suas exigências ao que o *establishment* considera aceitável. E aprendem a impor sua própria agenda. ‘Sempre nos disseram que a reforma agrária é uma boa idéia em princípio, mas que a conjuntura não é favorável’, diz uma líder nordestina. ‘Bem, fazemos com que a conjuntura seja favorável’. Em outras palavras, tornam-se sujeitos de sua história. E, ao darem esse passo, viram o próprio mundo de cabeça para baixo. Começam a ver que os valores estabelecidos não são imutáveis. Como demonstrou o historiador Christopher Hill, ‘de cabeça para baixo’, afinal de contas é um conceito relativo. ‘A idéia de que esta posição é a errada só vale na medida em que olhamos de cima para baixo’. O ato da ocupação torna-se o estopim para um profundo processo de transformação pessoal e político.

Desse modo, Caldart e Schwaab (2005, p.12) afirmam que, “ocupar e acampar são as formas encontradas pelos ST para pressionar o governo a resolver o problema agrário, [...]. São famílias inteiras que passam a morar debaixo de lona preta e a conviver unidas pelo laço da miséria e da esperança de acabar com ela”. Para dar resposta às questões pertinentes à educação, “todo acampamento é organizado em Equipes de Trabalho. Entre elas, a Equipe de Educação, formada por um grupo de pessoas interessadas em trabalhar com as crianças” (CALDART e SCHWAAB, 2005, p. 13). Ou seja, no acampamento, foi sendo criada a organização pedagógica, como forma de “ocupação” para promover processos de sociabilidade, ensino e a erradicação do analfabetismo existente no acampamento e, com ela, dinamizar a organização da vida comunitária como processo de formação do novo homem.

Dessa forma, podemos inferir que a forma de organização da vida política nos acampamentos segue as diretrizes da organização do MST, reproduzindo algumas estruturas internas necessárias à organização, gestão e funcionamento do acampamento, como uma célula orgânica que se nutre como um todo para manter-se viva. Nutrem-se, portanto, no coletivo, com organização e disciplinamento no cotidiano do acampamento, tendo como estratégia Ocupar, Resistir, Produzir. Com efeito, Aued e Grade (2000, p. 22) nos dizem:

Nos acampamentos, através do MST, os homens estão organizados em núcleos. Cada núcleo elege os seus coordenadores de finanças, de saúde, de higiene, de alimentação e de segurança. O conjunto desses coordenadores forma a comissão de cada setor, que verifica a implementação e o desenvolvimento das tarefas definidas pelo coletivo.

Para manter a organização da luta pela terra, a vida comum segue, pois no cotidiano do homem, comer, beber, se abrigar, vestir-se e amar sem tornam um imperativo à reprodução da vida material dos homens, conforme expressou Marx, na Ideologia Alemã. Mas isto não é dado pela natureza, da qual o homem é parte imanente. Dessa forma, é preciso produzir de forma contínua a vida do homem materializada na vida social. As exigências, portanto, determinam a práxis e o campo das lutas dos homens para criar as condições reais à sua reprodução humano-social.

Desse modo, para o MST, as ações desenvolvidas na luta por reforma agrária, como ocupar, resistir e produzir cria uma identidade e um modo de pensar e agir que é inerente aos homens no interior das estruturas políticas que eles criaram para a produção da vida material. O MST, portanto, como uma organização política, procura criar e fortalecer em seus territórios uma dinâmica própria de produção da vida material, que é alicerçada nas cooperativas ou coletivos de trabalhadores sem-terra, posto que esta se constitui em um modo distinto de produção, conforme escreveu Marx (1985, p. 509):

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, um novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. [...] Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado, com a diferença que, num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva.

Com efeito, Bezerra Neto (2009, p. 3) nos diz:

[...] Considere-se que em qualquer sociedade o homem é necessariamente levado a pensar de acordo com o modo de produção desenvolvido no momento em que ele está vivendo, pois a maneira como nos organizamos para produzir a nossa sobrevivência determina nossa forma de pensar e agir socialmente, fazendo com que nos tornemos seres situados no tempo e no espaço. [...].

Por isso, Caldart e Schwaab, na apresentação das discussões sobre escola e cooperação agrícola, pontuaram a necessidade de “romper com o modelo tradicional da pequena propriedade individual e criar uma organização coletiva do trabalho nos assentamentos, transformando-os em grandes empresas cooperativas”, como “a única alternativa contra a estratégia de extermínio dos pequenos produtores” para inviabilizar a reforma agrária no Brasil. (CALDART; SCHWAAB, 2005, p. 24). Isto posto, o homem traz para o meio social as determinações do trabalho e a divisão da sociedade em classes sociais como

antagônicas entre si. No Brasil, a relação dada historicamente pela posse da terra levou à exclusão e à marginalização dos sem-terra, acentuando a luta pela terra e a organização dos trabalhadores como polo vivo e determinado a conquistar a terra, como meio de romper a estrutura fundiária, criando as bases para a superação das classes sociais no Brasil. O MST, de acordo com alguns de seus intelectuais tem como princípio, o socialismo. Cortar o arame, ocupar a terra e montar a cidade de lona preta é o primeiro passo na construção do ideal de sociedade pretendida pelo MST. O acampamento é parte constitutiva da luta pela terra e, com ele, a luta pela educação. Neste processo, a formação do acampamento é antecedida por um processo de organização, que pressupõe um processo de emulação à conquista da terra por meio dos setores da frente de massa do MST. Assim, reuniões preparam e organizam os sem-terra à ocupação, que é um ato revolucionário, pois buscam romper com a estrutura agrária centrada no latifúndio e no poder político das elites, que controlam parte dos três poderes da república. A luta pela terra é, portanto, um dos aspectos das lutas de classes presentes na sociedade brasileira, com alta concentração da terra, renda e riqueza. Romper as cercas do latifúndio, nestas circunstâncias, não é romper a estrutura do Estado. É um pequeno passo, mas um grande salto para a democracia¹ no Brasil.

A educação no território do MST

[...] Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um modo de produção da formação humana, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de vida e morte e de vida inteira, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade. (CALDART, 2001. p. 210).

O Movimento se construiu no movimento das lutas sociais por reforma agrária, constituindo-se uma singularidade na luta pela terra no Brasil. E o MST sabe que a terra da liberdade se conquista com lutas sociais, movendo o Estado ao cumprimento dos princípios constitucionais da terra como função social. Mas nesta luta surgem novas bandeiras, que se fazem presentes na luta pela terra, dentre elas,

¹ Democracia no sentido empregado por Wood (2011), que significa o desafio ao governo de classe, onde o demos, o homem comum, desafia a dominação dos ricos.

a do rompimento da cerca da ignorância, conforme destaca Morrissawa (2001, p. 239),

Durante os primeiros anos de sua luta, os sem-terra reunidos sob a bandeira do MST, tinham como prioridade a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o bastante. Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a continuidade da luta. Como você sabe, grande parte dos camponeses brasileiros é analfabeta e a outra parte possui baixa escolaridade. A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social. Arma de duplo alcance para os sem-terra e os assentados, a educação tornou-se prioridade no Movimento. Nas palavras de uma militante, foi como a descoberta de uma 'mina de ouro', que exigiria muito trabalho para cavar, uma pedagogia a ser criada, milhares de analfabetos a serem alfabetizados, um número de crianças sem fim pedindo para conhecer as letras, ler o mundo. [...].

Fato também constatado por Bezerra Neto (1999, p. 44), que nos diz:

Sem poder contar com a ajuda oficial dos governos durante o período de acampamento, o MST tem que encontrar alternativas próprias para manter as crianças estudando, pois durante esse período, o Estado não reconhece o direito de cidadania das pessoas que ali estão, alegando que isso seria reconhecer como legítima a ocupação de terras. Caso o MST não assumisse esse papel, as crianças ficariam condenadas a perder o período escolar. Daí a grande importância do setor educacional no interior do MST, notadamente no período de acampamento.

No aspecto da luta pela terra, se faz presente a luta pela educação para os sem-terra. Conhecimento é poder², já asseverou Francis Bacon. Este é uma arma indestrutível e o MST compreendeu isto muito bem quando criou o setor de educação para desenvolver uma educação pautada nos seus interesses e princípios de organização de classe. Ou seja, uma escola que respondesse aos interesses dos sem-terra, vinculada ao campo e à luta pela terra. Assim, o MST traz, como princípio fundante, a preparação de quadros³ e a formação dos valores socialistas do novo homem. Nesse sentido, para o MST, a escola deve ensinar o conhecimento que a humanidade produziu e acumulou no seu devir histórico, mas também a ser sem-

² “O Conhecimento em Si Mesmo é Poder”, pequeno aforismo que aparece em *Meditationes Sacrae* (1597), um enigmático trabalho de Francis Bacon (1561-1626), que foi advogado, político, ensaísta, e coinventor do método científico.

³ Há, neste caso, um princípio fundado em Gramsci, pois ele ressaltou a necessidade de o partido ter uma escola para preparar quadros para o partido. O MST materializa esse princípio em suas escolas específicas, como o ITERRA e o Instituto Josué de Castro, no RS; A escola Nacional Florestam Fernandes, em SP; e a Escola Milton Santos, de Maringá, no PR.

terra, isto é, militante instruído e de base socialista. Para esse fim, o MST traçou as linhas políticas para a educação⁴, conforme segue:

- Transformar as escolas de 1º grau⁵ dos assentamentos em instrumentos de transformação social de formação de militantes do MST e de outros movimentos sociais com o mesmo projeto político.
- Desenvolver uma proposta de educação que proporcione às crianças, conhecimento e experiências concretas de transformação da realidade, a partir dos desafios do assentamento ou acampamento, preparando-se crítica e criativamente para a participação dos processos de mudança da sociedade.
- A prática de educação nas escolas de assentamento/acampamento deve seguir os seguintes princípios:
 - a) ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais;
 - b) integrar a escola na organização do assentamento;
 - c) formação integral e sadia da personalidade da criança;
 - d) a prática da democracia como parte essencial do processo educativo;
 - e) o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento;
 - f) a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social;
 - g) uma metodologia baseada na concepção dialética do mundo;
- Produzir coletivamente a base de conhecimentos científicos mínimos necessários para o avanço da produção e da organização nos assentamentos.
- Ampliar e fortalecer a relação entre a escola e o assentamento. E entre a escola e o MST.

As linhas políticas desenvolvidas pelo MST refletem seu objetivo com a escola. Por isso, a palavra de ordem Ocupar, Resistir, Produzir também na educação ganhou força entre a direção do Movimento, pois significa mais do que escola no assentamento/acampamento, significa o fortalecimento da identidade e da cultura que o MST quer para seus membros. Dessa forma, em agosto de 1992, o MST lançou o Boletim da Educação nº 1, onde estampou na capa o lema OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR TAMBÉM NA EDUCAÇÃO, e apresentou em 10 pontos de como deve ser a escola do assentamento, conforme segue:

- A escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural;
- A escola deve capacitar para a cooperação;
- A direção da escola deve ser coletiva e democrática;
- A escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento;
- A escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados;
- O ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade;
- O coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno;
- O professor tem que ser militante;
- A escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular;

⁴ Estas linhas políticas foram aprovadas no 6º Encontro Nacional do MST, que foi realizado em Piracicaba, SP, em fevereiro de 1991.

⁵ A partir da LDB 9394/96, o ensino de 1º Grau passou a denominar-se Ensino Fundamental.

- A escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética. (MST, 2005. p. 39-40).

Dessa forma, o quadro apresentado pelo MST às escolas do Movimento, enquanto proposta rompe com os princípios da escola estatal, cujo controle e manipulação ideológica não permitem aos educandos uma formação omnilateral, fundadas no princípio do trabalho, no coletivo e na democracia plena. Ou seja, para seus dirigentes, a escola burguesa não interessa ao MST na sua forma de ensinar, pois sua estrutura está a serviço do capital, produzindo valores da individualidade e destruidores da personalidade humana. A escola burguesa é compreendida por seus interlocutores como uma escola de classe e, como tal, ela reproduz o ideário da classe dominante, por isso, esta escola não interessa ao MST. A contradição que reside no MST é a sua luta por escola pública, portanto, a escola do Estado nos acampamentos e assentamentos, mas isto não significa trazer a presença do ideário da escola burguesa em seu território. A escola do MST pode ser um embrião da escola do trabalho, cuja centralidade está na formação de quadros para o trabalho junto às cooperativas do MST e na reprodução do ideal humano do MST.

A escola pública no campo ganhou horizonte de luta no MST, que se mobilizou para conquistá-la, quer nas áreas de acampamentos, quer sejam nas áreas de assentamento. Ou seja, em seu território. Mas, para esse fim, a escola do meio rural teria que ser universalizada para os sujeitos do campo, das florestas, das matas e das águas. Há, portanto, uma multiplicidade de sujeitos, que vivem e produzem a vida material fora do núcleo urbano. Estes sujeitos se articularam para conquistar a escola do campo, com a significação dada pela LDB em 1996, como se verá no próximo tópico.

MST e Estado: o espaço das lutas sociais pela escola pública no campo

No MST a luta por escola começou junto com a luta pela terra. Mas é preciso compreender que a preocupação consciente dos Sem Terra com educação, e especialmente com o tipo de educação das novas gerações, para que continuem sua luta, seu projeto, somente pode surgir quando se dão conta de que estão construindo uma organização duradoura e uma luta de vida inteira. Antes disso até lutam pela escola de seus filhos, mas de modo geral sem perceber que isto tem relação com suas outras lutas, e com o desenlace da história que puseram em movimento. (CALDAT, 2001, p. 220).

O MST é sujeito das lutas por terra e por educação no seu território, sem se descuidar da luta pela escola pública como processo histórico para o campo. A presença da educação do campo como processo de desenvolvimento de uma “nova escola no campo” nasceu organicamente do encontro promovido pelo MST

entre os educadores da reforma agrária, que foi realizado em julho de 1997. O *I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária* (I ENERA) primou por construir a escola do campo a partir do conhecimento da realidade educacional existente no campo nas suas múltiplas dimensões, bem como o reconhecimento dos sujeitos que vivem no e do campo para promoverem a cultura do campo, a partir da relação de trabalho e o modo de produção da vida material. Dessa forma, constroem no seu cotidiano a identidade de sem-terra, que se reconhecem na luta por terra e reforma agrária, pois se assumem como tal, quando afirmam, ou sou sem-terra. Com efeito, Caldart (2001, p. 211) nos diz que:

Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* [...].

A identidade é dada historicamente pelo meio social em que vivem, posto que se inserem no cotidiano do trabalho para a produção material da vida. A identidade sem-terra, portanto, é criada na relação social estabelecida na luta por reforma agrária, que une as pessoas com a mesma finalidade e se consolidam no processo de ocupação e/ou assentamento no território firmado nas lutas sociais, levando em consideração as particularidades de vida e da classe social de pertencimento, na qual o indivíduo está inserido. A classe social traz em si, as particularidades das lutas sociais que determinam a identidade do sujeito no interior da classe de pertencimento e, com isso, a produção de sua cultura é determinada historicamente pela produção da vida material.

Dessa forma, o campo, na sua materialidade, é um agregado de sujeitos que, sob a hegemonia do capital e da modernização da agricultura continuam a viver no "campo", produzindo a vida material e as lutas sociais por terra, como no caso dos indígenas e quilombolas; e por reforma agrária, como no caso do MST e outros movimentos sociais e sindicais do campo. No campo, o domínio econômico e a "segregação social" dos camponeses se fazem presentes como meio de reprodução capitalista, mas os movimentos sociais buscam conquistar, em meio à contradição social, os espaços políticos para a afirmação de sua identidade como etnias, com suas particularidades, ou como trabalhadores organizados em sindicatos ou movimentos sociais por meio da dualidade campo e cidade.

A luta que iniciou em 1997, foi para promover a cidadania dos povos do campo em suas múltiplas singularidades de sujeitos determinados historicamente, quer sejam os povos indígenas, quilombolas ou a diversidade de sujeitos com terra e sem-terra que vivem do campo e no campo, quer como posseiros, pequenos proprietários, assalariados agrícolas etc. Conhecer estes sujeitos e suas práxis

sociais de reprodução social foi determinante para que os movimentos sociais do campo se articulassem entre si, para irem além do previsto pela nova LDB, no caso da educação do meio rural, estabelecida em 1996. A ideia chave era dar um salto ontológico que superasse as determinações previstas na LDB, na educação dos povos do campo, conforme dispõe o Art. 28, “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, [...]”. (LDB 9394/96). Garantida a educação no respeito à diversidade, na forma da lei, o MST pautou a construção de um novo paradigma de escola, a educação do campo. Neste sentido, partindo do marco legal educacional, que é dado pela LDB 9394/96, e nas discussões políticas pautadas no ENERA deu-se as bases para “cunhar” o conceito de educação do campo e a gestação de um novo paradigma de educação, pautadas pelos sujeitos do campo. Mas Vendramini (2007, p. 123) nos lembra que:

[...] a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa de políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições de sobrevivência de todos.

A escola pública, portanto, se insere no campo como espaço e território em disputa, cuja centralidade é a educação do campo, via Estado, ou seja, a educação do campo como política pública. Neste sentido, os movimentos sociais conseguem impor para o meio rural o projeto de educação que respeite a sazonalidade da produção, com um calendário escolar que respeita o tempo-trabalho, garantindo aos povos do campo o ingresso e permanência na escola. Traz, dessa forma, uma educação que dá sentido ao trabalho no campo, pois o homem necessita comer, beber, vestir e este fim se obtém pelo trabalho. Para o Movimento, a educação do campo se dá *pari passu* com a produção da vida material, pois o tempo-trabalho, tempo-estudo se conciliam na escola do campo. Mas isso traz um problema político ao Estado e aos movimentos sociais, pois o “nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a [...] diversidade de sujeitos, contextos, culturas, e formas de produção e ocupação do meio rural.” (VENDRAMINI, 2007, p. 128). Incluindo, neste caso, também, o MST, cuja rede de escola do Movimento se estabelece com uma proposta de educação pautada no seu próprio interesse de formação e reprodução social.

Dessa forma, o campo vive a contradição da escola pública na educação do campo, pois o reconhecimento da escola, por parte do governo, traz os princípios da escola estatal para o interior do Movimento, submetendo a escola do campo aos interesses da escola estatal e às amarras, contendo-as nos limites da escola pública por meio do regimento escolar e do projeto político pedagógico. Estes

instrumentos de controle são os elos que ligam a escola do campo ao Estado e são estes documentos que dão as orientações do Estado e que permitem o controle estatal sobre o fazer da escola. A demanda da educação do campo, neste sentido, cai nas normas da escola pública, como processo padronizado de escola do Estado. Mas essas contradições não tiram da escola que o MST está construindo em suas bases o dinamismo de suas propostas, ou seja, a escola diferente, que tem uma proposta pedagógica centrada na tríade prática-teoria-prática, a partir dos elementos da realidade e da auto-organização dos alunos.

Consensualmente aceito o conceito de “Educação do Campo”, o campo de batalha, após o ENERA, passou a ser a construção das políticas públicas voltadas para a educação do campo como resultado da expressão das lutas de classes desenvolvidas pelos sujeitos do campo na sociedade capitalista em suas várias frentes de trabalho e organizações sociais e, assim, buscaram resistir aos avanços capitalistas no campo, incorporando tecnologia, mas permanecendo no campo e produzindo materialmente sua vida.

A conquista do território da educação do campo, neste caso, torna-se uma necessidade social dos sujeitos do campo, pois a materialidade da cidadania burguesa se dá dentro de um quadro de direitos socialmente conquistados pelos movimentos sociais. Educação, como dever do Estado e direito nosso, como garantia constitucional, foi a palavra de ordem pautada pelos movimentos sociais na luta pela escola pública no campo, em conformidade com os preceitos da LDB. A premissa básica, portanto, é o reconhecimento estatal dos sujeitos do campo com direito à educação, mas de uma educação do/no campo, dentro das singularidades do trabalho, o que significa o direito de ter uma educação que traz o tempo-trabalho e o tempo-escola como determinante no processo de formação escolar. Por isso, na defesa da educação do campo, como projeto camponês, Vendramini (2007, p. 129) escreveu que:

A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infra-estrutura etc.). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais.

A educação do campo, como território, entrou no campo da disputa e das lutas de classes presentes historicamente no país. A hegemonia do urbano sobre o rural e os estereótipos criados pelo urbano sobre o rural passaram a ser objeto de crítica dos movimentos sociais do campo, que pautaram uma política contra-hegemônica aos interesses capitalistas no campo e, para isso, procuraram quebrar os

estereótipos criados pelo urbano, que apontam o campo como local do atraso, da vivência do caipira etc. Neste sentido, para os movimentos sociais do campo, é imprescindível a formação do homem do campo no seu universo social e nas particularidades da produção de sua existência material. Neste caso, o silêncio das autoridades políticas frente a educação começa a ser rompido com as ações e práxis constitutivas de novas experiências de educação que partem do campo. Ignorá-las, portanto, seria suicídio político da classe dirigente, pois na democracia burguesa estão elencados três princípios, igualdade, liberdade e participação. Estes princípios, de acordo com Araújo (1994, p. 23-24),

[...] não anulam as divisões existentes em qualquer sociedade: ricos e pobres, elite e povo, classes sociais antagônicas. Numa sociedade democrática essas divisões não são negadas, mas trabalhadas pelas instituições e pelas leis. Na sociedade capitalista, o conflito de interesses é abafado pela exploração de uma classe social por outra, embora afirmando-se que todos são iguais e livres.

Dessa forma, “democracia é criação e garantia de direitos” (ARAÚJO, 1994, p. 24). As lutas sociais, desenvolvidas no interior das sociedades de classes, criaram “outras possibilidades para promover ações conjuntas, expressas na importância que, nos anos de 1990, ganham palavras como ‘direitos’, ‘cidadania’, ‘dignidade’, ‘sustentabilidade’, ‘solidariedade internacional’ que passam a permear tanto os debates políticos como as análises acadêmicas” (IORIO; MEDEIROS, 1995, p. 15). Assim, nas dimensões “da vida cotidiana, espaços de sociabilidade passaram a adquirir conteúdo político, a demonstrar que os próprios lugares de individualização podem ter outros contornos, a articular uma experiência compartilhada” (FERRANTE, 1993, p. 10). Isto para afirmar que “a marca da diferenciação impôs-se sob a forma de registrar os acontecimentos, de estruturar a luta, de representar a mudança, de reivindicar, de transformar o cenário da luta em palco de negociações, de recriar, em rearranjos políticos e culturais, a luta pela terra” (FERRANTE, 1993, p. 10) e, com ela, a luta pela educação. As lutas dos movimentos sociais do campo pautaram, portanto, uma educação que primasse o campo como *locus* de educação e trabalho. Com efeito, Vendramini (2007, p. 130) escreveu:

No processo de luta, de organização, de trabalho, de cooperação e de vida dos sem-terra ligados ao MST, é possível perceber que a educação é expressão de todas as dinâmicas construídas coletivamente, ou seja, ela é constituída de relações sociais, mas é também constituinte. Isto significa dizer que o processo educativo vivido instrumentaliza os trabalhadores para o trabalho, para a cooperação, para as lutas junto ao MST, ao partido político, à militância ecológica e das mulheres acampadas e assentadas.

De acordo com nossos estudos, na luta pela terra, o MST também desenvolve a luta pela educação do campo. Neste processo, o MST investe na escola, valorizando os espaços de formação humana, constituindo uma escola diferente

da escola oficial cujo alicerce está estabelecido na formação de força de trabalho para servir ao capital. Com efeito, em trabalhos anteriores já havíamos afirmado que:

[...] o MST, na sua articulação com outros segmentos da sociedade encampou a luta por uma escola diferente no campo, uma escola que estivesse inserida e em movimento no próprio campo. Para o movimento, é uma escola pública vinculada aos interesses da cultura, da vida, do trabalho no campo. Uma escola que reconheça e valorize o campo nas suas dimensões políticas, sociais, culturais, espirituais e de produção da vida material, pois o MST já vinha construindo, a partir das práticas pedagógicas e do jeito de fazer a escola do MST, a educação do campo na sua materialidade, por meio da pedagogia do movimento, posto que a formação humana não se enquadra na escola, ela se insere na vida, e a vida é matéria em movimento, portanto, se educa em processo de escolarização e nas práxis posta pelo homem no seu devir histórico (AMBONI, 2014, p. 102).

Entre o MST e o Estado burguês, há uma contínua luta de classes e de interesses opostos entre si, pois o MST vem criando as bases de rompimento com a estrutura fundiária e construindo uma escola pautada nos interesses do coletivo e na formação humana em seus territórios. A terra e a escola se constituem em território de disputa no Brasil, pois há projetos diferentes e opostos entre si na ocupação desses territórios. Um é pautado pela ordem burguesa, cuja existência pressupõe o assalariamento do trabalho no campo e uma escola mínima para conformar os pobres à observância das leis, preparando a força de trabalho ao capital. O outro, do MST, tem como objetivo a construção do socialismo, tendo a escola um caráter formativo para a militância e à vida omnilateral do sujeito, o que implica uma educação com vínculo no trabalho e no coletivo como processo de formação do novo homem. Acerca deste processo, já havíamos argumentado que:

[...] o MST, ao organizar a ocupação da terra, traz também a ocupação da escola como signo da luta da reforma agrária. Diante disso, romper a cerca da ignorância e superar as marcas da exclusão escolar se tornam um imperativo para o MST na conquista da terra. As cercas do latifúndio da ignorância são rompidas quando os atos de ocupação da escola ganham materialidade na práxis humana. A conquista da escola, portanto, se materializa no acampamento como necessidade histórico-social e ganha dimensões de universalidade nos territórios do MST, pois neste espaço de sociabilidade e de aprendizagem, o movimento procura imprimir a pedagogia dos Sem Terra, com práticas escolares que aliam prática-teoria-prática, conforme princípios e fundamentos da escola que o MST desenvolve em seu território. [...] (AMBONI, 1994, p. 197-198).

Mas a escola que o MST constrói é uma escola que promove a formação dos homens sob os pilares de um "socialismo utópico", posto que a produção da vida material se desenvolve sob a hegemonia do capital e a escola fica circunscrita aos assentamentos e acampamentos, não se universalizando, portanto, na sociedade. Mas isso não anula a escola do MST como germe de formação de um novo sujeito, posto que, "o real não é imóvel, dado de uma só vez, pronto e acabado. Trata-se de um devir; portanto, de uma possibilidade. O possível, que se eleva hoje no horizonte e que implica o nosso futuro atual, é o florescimento do homem"

(LEFEVBRE, 2011, p. 57). Portanto, o movimento realizado pelo MST, no seu projeto educacional, traz as lutas de classes para a centralidade da educação, pois questiona a estrutura educacional estatal posta a serviço do capital ao propor outro tipo de escola e outro tipo de formação do homem. Mas o Estado não é uma máquina, isolada da sociedade, como algo deslocado do real. Ele é a expressão da classe dominante. Com efeito, Oliva (1988, p. 147) acentuou que:

Entendendo que as medidas de política educacional não são aleatórias do compromisso de classe, gerador dos projetos políticos de governo, [...] é plasmada contraditoriamente, tendo seus parâmetros definidos, de um lado, pelo próprio processo de acumulação e, de outro, pelo nível de organização e reivindicação da sociedade civil, o que abre possibilidades sociais crescentes na criação e/ou reforço da legitimidade dos interesses políticos. [...].

No modo capitalista de produção, o Estado e as instituições burguesas mantêm a hegemonia educacional sobre a sociedade, mais diretamente sobre a classe trabalhadora, por meio da escola pública, tendo-a como mecanismo de formação da força de trabalho para a reprodução do capital. A reprodução de seus quadros se dá por meio das instituições escolares vinculadas à sua classe.

No caso da educação no campo, por pressão dos movimentos sociais, organismos internacionais, sindicatos e setores da sociedade civil, o Estado burguês reconheceu o direito à educação dos povos do campo, mas tratou de disciplinar seu ordenamento por meio das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, enquadrando-a na legislação educacional, conforme está redigido no Art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, conforme segue:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (BRASIL/CNE/CEB, 2002, p. 1).

E o controle estatal está presente, conforme disciplina as diretrizes operacionais, que apontou no Art. 5º, que:

[...] As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL/CNE/CEB, 2002, p. 1).

No caso das escolas do MST também está presente o disciplinamento, aliado ao isolamento dos alunos nas áreas de assentamento e acampamento quando o Estado oferece a escola pública nos territórios do MST, pois grande parte dos alunos que frequentam essas escolas são filhos de famílias sem-terra. Este pretenso "isolamento" permite ao MST vivenciar em suas escolas os princípios que alicerçam

da escola do trabalho, a saber: a vinculação do ensino ao trabalho e a formação de coletivos como processo de formação do novo homem.

Dentro dos princípios do MST, portanto, a escola vivencia uma “liberdade pedagógica” e uma “gestão coletiva”, pois permite aos sujeitos uma maior interação e integração comunitária nos territórios do MST. Escola e comunidade criaram as bases de formação da identidade sem-terra valorizando sua cultura e trabalho, como expressão de vida vinculada à terra. Mas a sociedade que os rodeia é burguesa e promove a marginalização social de parcelas significativas da classe trabalhadora e as mantém como reserva de trabalho, quer nas cidades, quer no campo, o necessário para a reprodução do capital, incluindo aí, o deslocamento da força de trabalho inter-regional, quando assim o capital exigir.

Neste caso, a escola conquistada pelo MST pouco representa na complexa rede de educação escolar, dividida entre as três esferas do poder público, pois a grande maioria das escolas conquistadas se dá na esfera municipal, isto é, no processo de alfabetização, conforme podemos ler no quadro apresentado pelo MST (2010a, p. 23), “Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio)”. Têm-se como saldo educativo “300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes sem-terra, dos quais 120 mil em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos” (MST, 2010, p. 23).

Diante disso, podemos inferir que a educação do campo está presente nos territórios do MST e traz o mesmo como sujeito político, com seu jeito de organizar a educação pública do campo por meio dos documentos, que são construídos coletivamente pelos educadores do MST em encontros regionais e nacionais. Cabe ao setor de educação do MST sintetizar as experiências e práticas escolares desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, transpondo-os didaticamente em documentos educacionais do MST, com o intuito de orientar a construção da escola sobre os princípios educacionais do MST em seu território, tendo o Estado como mantenedor da escola pública. Mas os documentos organizativos da educação pública se fazem presente com toda complexidade e impõe, por meio de normas, avaliações internas e externas, o mecanismo de controle social do processo de formação educacional dos sujeitos que ocupam a escola pública no campo. Os tentáculos do Estado chegam às escolas do MST por meio das diretrizes educacionais da educação do campo e das ações dos agentes públicos no processo de controle social da escola.

A perspectiva, portanto, de uma escola emancipada fica no plano das ideias, pois a materialidade da vida e o cotidiano da reprodução social dos homens se dão no modo capitalista de produção, o que implica na subsunção do trabalho ao capital, base da reprodução do capital e do modo de produção capitalista. A escola do trabalho, como possibilidade histórica nos marcos da sociedade burguesa, é um contrassenso, pois a mesma só é atingível quando as forças sociais da humanidade tiverem em mãos os meios de produção e colocá-los a serviço da humanidade e não do capital.

A escola, do ponto de vista de sua operacionalidade, pode “ensaiar” experiências socialistas nos territórios do MST, mas sua universalização não se dá no âmbito do Estado burguês. Neste sentido, fechamos com Marx, quando escreveu que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Por isso, as forças sociais do campo, na luta pela educação do campo, de forma desarticulada com o mundo do trabalho urbano, recriam a escola pública burguesa no campo de forma empobrecida com a mesma intensidade que cria e empobrece a escola pública urbana.

Conclusão

O homem luta pela vida de forma perene, pois o ato de comer, beber, vestir-se, se abrigar e amar tornou humano no processo mediado pelo trabalho entre homem e natureza. Nas sociedades de classe, a luta pela vida se processa de diferentes formas e de existência social. No caso do MST, a luta pela vida traz a reforma agrária como processo fundante de sua existência. E por quê? No Brasil, desde sua fundação, sua estrutura se dá por meio do latifúndio e da terra como elemento de especulação, cujas elites agrárias vem se perpetuando no poder por meio do processo de conciliação e conservação. Sua lógica é a manutenção de seu *status quo* renovando o conceito dado ao latifúndio (fazenda, agronegócio etc.). No rompimento das cercas que prendem a terra, traz sua libertação e, com ela, a libertação de um grupo social que emerge na conquista da terra por meio da reforma agrária, mas que pensa na sociedade como um todo, por isso traz o processo de emancipação humana no seu horizonte.

Mas não só da reforma agrária se faz o MST. Ele também se faz educação, formação de quadros e escolarização de seus jovens. E isso o Movimento a faz na caminhada *pari passu* com as lutas sociais por reforma agrária. Dessa forma, os processos de educação, formação de quadros e escolarização é um fato presente no MST, cujo movimento dialético se faz notar nestes processos, pois o Movimento criou as bases filosóficas e princípios pedagógicos para estas ações, criou uma

“pedagogia” própria, que a da terra e criou escolas que os representa na esfera da escola pública, com uma pedagogia peculiar e processos de ensino e aprendizagem que passa pela relação trabalho e educação no processo pedagógico.

Conforme o exposto, conclui-se com o MST é sujeito de suas ações nas lutas pela terra e pela educação, onde criaram as formas de ação para ambas as lutas, pois sabem que elas se completam no processo histórico, quer sejam nos acampamentos, quer sejam nos assentamentos. Elas são unidades e dialéticas, por isso é Movimento que se movimenta.

Referências

AMBONI, Vanderlei. **A Escola no Acampamento do MST**: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella. São Carlos/SP, 2014. Tese [Doutorado em Educação] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.

ARAUJO, Gastão. Precisamos inventar a democracia. **Quinzena**, publicação do CPV, N° 193, de 30 de setembro de 1994.

AUDE, Idelato Malvezzi; GRADE, Marlene. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: fabricando uma nova sociedade. **Desafio, Revista de Economia e Administração**. Campo Grande, MS, 2000.

BEZERRA NETO, Luiz. A educação rural no contexto das lutas do MST. In. ALVES, Gilberto Luiz (Org.). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BEZERRA NETO, Luiz. **Lutas e conquistas**. Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular. São Paulo: Janeiro de 2010.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BRANFORD, Sue, ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca**: a história do MST. 1ª ed. São Paulo, Casa Amarela, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm , acesso em 08/10/2020.

BRASIL. MEC. CNE. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de Abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE/CEB. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192, acesso em 08/10/2020.

CALDART, Roseli Salete, SCHWAAB, Bernadete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: **Cadernos Temáticos – Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo Popular. **Estudos Avançados**. Vol.15, nº.43. São Paulo, Sept./Dec. 2001.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. A proletarização não tem cartas marcadas (a terra no horizonte dos boias frias). **Quinzena**, nº 155, de 15 de fevereiro de 1993.

IORIO, Maria Cecília; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. Trabalhadores do campo: redefinindo relações. **Quinzena**, publicação do CPV, N° 201, de 15 de fevereiro de 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro Terceiro, Volume V. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

MORRISAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Como fazer a escola que queremos. **Caderno de Educação** nº 01, de 1992. In. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. 1ª Impressão, 2005.

OLIVA, Maria Herlenda Borges. Política de Estado e Prática Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez Editora. Ano IX, p. 145-155, Abril de 1988.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAMPAIO, Sérgio. **Eu quero é botar meu bloco na rua**. (Música). Brasil, 1973.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**. Vol. 27, nº 72. Campinas, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOBRE O AUTOR:

Vanderlei Amboni

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua como Professor Adjunto do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranaíba. É membro do Grupo de Pesquisa "Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade" (UEM) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC/UFSCar).

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-7698-4064>

E-mail: vamboni@hotmail.com

Submetido em: 12/05/2020

Aprovado em: 15/09/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)